

O compromisso de humanizar a [atuação jurídica](#) contribui para que o negócio se comprometa com temas como:

- a diversidade, equidade e inclusão
- a sustentabilidade ambiental, social e de governança e impacto ético
- a criação de uma cultura que respeite o indivíduo

Nesse sentido, o objetivo deste artigo consiste em apresentar os panoramas sobre a capacidade e necessidade de **humanizar** a atuação jurídica na atual realidade.

NO QUE CONSISTE A HUMANIZAÇÃO?



Antes de mais nada, o processo de humanizar, ou seja, a humanização, pode ser conceituada

como a ação de abordar as situações de uma forma que enfatize a humanidade ou a individualidade das pessoas.

Ou seja, colocar a interação humana no processo como prioridade, potencializando suas qualidades e respeitando suas limitações.

QUAIS IDEAIS DEVEM SER CONSIDERADOS PARA HUMANIZAR A LEI E O DIREITO?

A lista que será apresentada abaixo tem um caráter inicial, ou seja, outras diversas medidas são necessárias no processo de humanização do âmbito jurídico.

Esse processo deve torná-la mais acessível, relacionável, humana e menos arcaica, remota e proibitiva.

Dessa forma, podemos elencar as seguintes medidas para atingir tal objetivo:

- Criar uma cultura e ambiente acolhedores para uma força de trabalho diversificada
- Criar uma **cultura jurídica** cujo propósito é servir as pessoas e resolver problemas
- Salientar a importância e aprimorando as habilidades pessoais ao longo da carreira
- Focar no bem-estar, aprendizagem e outros traços necessários para atender às necessidades de uma sociedade digitalmente transformadora
- Descartar a divisão entre “advogados” e “não-advogados” e substituí-la por uma abordagem de equipe para a resolução de problemas que não renega advogados não licenciados ou gerações mais jovens a um status menor
- Utilizar uma linguagem clara e concisa, mantendo a norma culta, mas sem uso de expressões em latim e termos rebuscados
- Reimaginar a educação jurídica e a formação para que seja mais acessível, flexível, orientada para as pessoas e para o resultado
- Estabelecer um propósito da função jurídica que deve ser claramente articulado e adotado em todo o seu ecossistema, integrado com um claro senso de propósito
- A formação do conhecimento, habilidades jurídicas e noções de equidade são elementos fundamentais da atuação jurídica, e por isso devem ocorrer de forma colaborativa e humanitária

CONCLUSÃO

A humanização no direito é uma questão criticamente importante, negligenciada e oportuna. Ela se comunica diretamente com a necessidade de garantia do bem comum, objetivo final do Direito.

Além disso, institui como **propósito corporativo** a diversidade, equidade e inclusão, a sustentabilidade, a responsabilidade social e uma [boa governança nos negócios](#).

Todos os valores citados acima fazem parte da responsabilidade social corporativa, ultrapassando o mero cumprimento de obrigações legais.

Tomar tais iniciativas não só tornam um ambiente atrativo em termos de contratação, como estabelece uma boa imagem ao mercado e consumidores.

Nessa via, a humanização provou ser um ímã para novos talentos, clientes e investidores no ambiente corporativo.

Por fim, essas são as principais noções acerca da capacidade e necessidade de **humanizar** a atuação jurídica. Gostou do conteúdo sobre e quer aprender mais sobre o universo do jurídico? [Continue acompanhando nosso blog e siga nosso Instagram](#).